

**RELIGIÃO E PACTO DAS ELITES APÓS
A REVOLUÇÃO DE 1930: OS SEUS
REFLEXOS NA REFORMA CAPANEMA**

*Marilena Ramos Barboza**

*Ana Maria Batista da Costa***

*Jacqueline Ventapane F. L. Corcino***

*João Roberto Oliveira Nunes***

*Vera Lúcia Bogéa Borges***

Nosso trabalho consiste num esforço inicial de levantamento de fontes, no sentido de formular um texto esclarecedor sobre as imbricações entre o panorama cultural do Brasil nos anos 60, a educação pública durante a vigência da Reforma Capanema e o surgimento de novas elites pensantes que escaparam, em grande número, ao controle velado exercido pela rotina institucional do setor educacional. Este setor empenhou-se em formar e/ou adestrar mão-de-obra qualificada, prestadores de serviços profissionais e quadros burocráticos para o nacional-desenvolvimentismo. O fato de uma pequena parcela das camadas populares ter tido acesso à educação, destinada anteriormente à elite dominante, permitiu a efervescência cultural que tanto assustou os detentores do poder.

A educação na Primeira República (1889-1930) vivencia, a partir de 1915, um momento significativo de entusiasmo pela questão educacional. Alguns homens públicos, desiludidos com a República existente, procuram redimi-la. Iniciam-se as discussões e as pressões para o amplo desenvolvimento do sistema escolar; começa um esforço maior para incorporar ao Estado liberal uma orientação intervencionista.¹

Ao final do século XIX, o dilema da Igreja era adaptar-se ao mundo moderno, opondo-se ao progresso cientificista e ao liberalismo, e postulando a subordinação do Estado ao seu poder. Durante os anos iniciais da República no Brasil, a Igreja não conseguiu esboçar uma reação organizada ao novo pensamento dominante, principalmente no campo da educação, apesar de manter sua influência nos meios escolares - ainda que não oficialmente no ensino público - e nas inúmeras escolas privadas de orientação católica.

No Brasil, a separação entre a Igreja e o Estado ocorre em 1891.

Na nova ordem liberal, a Igreja é livre num Estado laico. A estratégia principal da Igreja na época republicana não visava diretamente ao povo e sim às elites. Para articular sua doutrina com sua prática, a área vital escolhida foi a educação. É estabelecendo uma rede importante de escolas em todo o país que a Igreja espera cristianizar as elites, para que estas, por sua vez, façam, posteriormente, a mesma ação junto ao povo, ao Executivo e ao Legislativo. Desta forma, a implantação do Estado leigo conflitava-se com a nação católica, credo da maioria dos alunos.

Num primeiro momento, as reclamações da Igreja contra o Estado adquirem um caráter mais retórico do que propriamente real. Afinal, a questão escolar não atingia a população pobre, que estava inteiramente fora do sistema escolar. O ensino religioso nas escolas oficiais não chegava a sensibilizar e mobilizar as classes dominantes, pois estas podiam sempre enviar seus filhos e filhas para os colégios de padres e freiras, a elas destinados, e lá obter sua educação religiosa.²

O tenentismo e o crescimento do movimento operário marcaram a década de 20, mas não chegaram a ameaçar o poder oligárquico. Foi a crise do café, em 1929, que veio dar alento à luta pelas mudanças, alterando o quadro sucessório com a divisão dos partidos - Partido Republicano Paulista e Partido Republicano Mineiro - que apoiavam a República Velha e, agora, provocavam a primeira grande interrupção do processo político, com o impedimento da posse do presidente eleito Júlio Prestes.

O ano de 1928 pode ser considerado um ano chave neste processo de mudanças, que se abriria com a chegada de Getúlio Vargas ao poder. A burguesia industrial nascente no país redefine suas posições. Desloca-se de uma *guerra de posição*, no setor da produção fabril, para uma *guerra de ação*, que busca no controle do Estado a possibilidade da elaboração de novas crenças, novos valores e princípios que norteiem a sociedade. A articulação de um projeto nacional baseado na industrialização significava, para o Brasil, o progresso, o desenvolvimento, a ruptura com o subdesenvolvimento de um país agro-exportador, dependente e pobre que *trabalha para o outro*.³ Uma política nacionalista visava restaurar o valor do trabalho nacional, rompendo com a servitude colonial. Uma política de desenvolvimento operaria a incorporação ao trabalho nacional e ao processo

político, das massas trabalhadoras, dos analfabetos, das mulheres. Está em formação um projeto político para a criação de uma Nação, de um Estado e de uma elite que fosse capaz de dar conta dos novos desafios políticos, econômicos, sociais e culturais.

A situação de crise do Estado oligárquico liberal na década de 20 leva um grupo de intelectuais católicos a abraçar essas causas. As figuras centrais desse novo momento foram Jackson de Figueiredo e D. Sebastião Leme. O primeiro tentou organizar um partido político mas foi demovido da idéia por D. Leme. Canalizou, então, suas energias para o *Centro Dom Vital* e para revista *A Ordem*. Defendendo um catolicismo praticante e militante, reuniu em torno de si um grupo pequeno, mas crescente e extremamente combativo de intelectuais, liderando a renovação católica brasileira. Já o segundo foi arcebispo entre 1921-1930 e cardeal a partir de 1930. Fundou, em 1926, a Confederação Católica, dedicou-se à cristianização da intelectualidade brasileira, tendo influenciado Alceu Amoroso Lima e outros. Organizou a Ação Católica Brasileira, criou a Liga Eleitoral Católica (L.E.C.) e realizou o primeiro Congresso Plenário Brasileiro (1939). O seu programa de luta pretendeu rever a ignorância religiosa e a falta de ação social católica.

No período que antecedeu a Revolução de 1930, sob a direção de Jackson de Figueiredo, nos artigos da revista *A Ordem* iria predominar o aspecto da doutrina político-religiosa que visava conchamar os católicos a assumirem uma postura mais ativa nos acontecimentos do país e a auxiliarem a retomada do papel da Igreja como líder moral da sociedade, com responsabilidade, inclusive, superior aos aspectos comumente relativos à vida partidária.⁴ Para tanto, usava em seus artigos vários exemplos que pudessem reforçar a idéia de supremacia *sobrenatural* da Igreja sobre o campo político-partidário.

Havia um sentimento de exclusão com a separação entre Estado e Igreja, trazida pela Constituição de 1891, e seria necessário promover a Ação Católica como uma representação desta supremacia da religião católica na direção da sociedade. O seu alvo era o liberalismo. Jackson de Figueiredo era um dos mais ardorosos adversários dos princípios liberais da primeira Carta Constitucional brasileira da República, colocando-se ao lado daqueles

que visavam fortalecer o poder executivo e opondo-se aos movimentos contrários. O seu nacionalismo caracterizava-se por ser profundamente moralista. Ele via na salvação moral e na integração ao mundo civilizado, leia-se católico, o caminho para a construção da nação. Havia um questionamento constante à incoerência de existir uma Constituição leiga para uma nação tradicionalmente católica - pensamento este que será recorrente nos atos em defesa da educação religiosa que se seguem nas décadas seguintes. A consciência do povo brasileiro era, antes de tudo, uma consciência cristã e, portanto, a ação política deveria seguir esta orientação moral da nação. A história e a tradição eram as únicas maneiras de afastar a ameaça de dominação cultural norte-americana, identificada com o protestantismo. A pátria não poderia existir sem a fé católica.

Com a morte de Jackson de Figueiredo, assumiu a direção tanto da revista como do Centro Dom Vital, o intelectual leigo católico Alceu Amoroso Lima (ele assinava como Tristão de Athayde), que modificaria as feições de seus artigos, não no sentido de alterar a essência de seus pensamentos, mas procurando expandir a ação da ideologia católica para outras áreas além da questão educacional como, por exemplo, para a questão familiar e para o lazer. Alceu procurou integrar catolicismo e modernidade, onde o mundo moderno deveria ser visto não como uma luta entre civilização e cultura, mas como a luta entre dois tipos de modernidade: uma, relacionada à renovação espiritual do mundo e, outra, construída sobre o pragmatismo, mais próxima ao pensamento *ianque*. Foi no período de sua direção que se deram os maiores embates entre a intelectualidade católica e os representantes da nova corrente pedagógica que tinha por principais figuras os signatários do Manifesto da Educação Nova (1932) - em grande parte seguidores do que seria este pragmatismo identificado por Alceu Amoroso Lima.

As maiores críticas da Igreja eram direcionadas para a permanência do ensino laico e da idéia de implantação da escola pública, universal e gratuita apregoada pelos representantes desta vertente do pensamento pedagógico brasileiro. A questão da escola pública e gratuita era extremamente delicada para a Igreja, proprietária de grande parte das escolas privadas no país, senão, da maior parte delas. Ampliando-se o ensino gratuito, a instituição perdia um dos seus grandes esteios econômicos representado

por aquelas escolas, por isso, sua luta inclusive por subsídios por parte do Estado, como aconteceu, por exemplo, com o terreno doado para a construção da PUC/RJ. Portanto, ela não tinha interesse na divisão das verbas do Estado para o ensino e em ver, conseqüentemente, diminuídos aqueles seus subsídios.⁵ Além disso, a idéia da escola pública representava uma ingerência do Estado que viria a diminuir a autonomia e influência católicas na sociedade.

É preciso sublinhar a oposição sistemática movida pela Igreja Católica ao projeto educacional desenvolvido pelo intelectual, e um dos mais destacados integrantes do Movimento da Escola Nova, Anísio Teixeira, durante a administração Pedro Ernesto, entre 1931 e 1935, no Distrito Federal. Tal política educacional foi contemporânea ao clima de radicalização ideológica que vivia o Brasil pós-Revolução de 1930, pelas intensas disputas entre os vários projetos canalizadores dos desejos e interesses de diferentes setores da sociedade - vitoriosos ou não - na construção de um novo país.

Nesse momento, a educação revestia-se de forte importância política à medida em que se acreditava no seu poder de moldar a sociedade a partir da formação intelectual e da abertura de novos campos de mobilidade e participação social. Seja na sua forma de organização, no seu conteúdo ou na direção que fosse dada, ela conduziria a sociedade a variados fins, refletindo, por conseqüência, os diversos projetos existentes para o país. A partir de 30, os componentes ideológicos passam a ter uma presença cada vez mais forte na vida política, e a educação seria um campo da batalha ideológica.

Desta forma, pode-se identificar no movimento da Escola Nova, cujas origens remontam à criação da Associação Brasileira de Educação e às tentativas de reformas educacionais dos estados nos anos 20, toda uma gama de intelectuais liberais - dentre eles, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo Sampaio Dória, Paschoal Lemme, Lourenço Filho - defensores de novas práticas pedagógicas e representantes de todo um ideário em bases urbano-industriais e democráticas.

Embora tal movimento não possuísse um projeto único e definido, estruturava-se em torno de alguns pontos fundamentais: a educação pública, universal e gratuita. Era idéia de que todos deveriam receber o mesmo tipo de educação, pois assim haveria uma igualdade básica de oportunidades.

Ao setor público caberia realizar tal tarefa, sem facciosismo. O ensino deveria ser naturalmente leigo, tendo como grande função a formação do cidadão livre e consciente, pronto a incorporar-se, sem sectarismos de qualquer tipo, ao grande Estado em que o Brasil estava se formando. Destacava-se, ainda, a incorporação de princípios pedagógicos renovados que se afastavam da velha transmissão autoritária e repetitiva do conhecimento, além da preocupação em não isolar a educação da vida comunitária: o ensino público não significaria ensino ligado a uma burocracia complexa e distante, mas ligado ao cotidiano da comunidade.

O Governo Provisório, em 1930, tratou logo de estabelecer condições de infra-estrutura administrativa para fazer prevalecer alguns dos princípios básicos em que se fundamentava o novo regime. Assim, e como consequência disso, criaram-se imediatamente os novos ministérios. O Ministério da Educação e Saúde Pública foi instituído após a tomada do poder, ainda no ano de 1930. A sua ação se fez sentir logo, através dos atos de seu primeiro ocupante, Francisco Campos. Diferente dos sistemas estaduais existentes até então, sem articulação com o governo central, a reforma Francisco Campos criou uma política nacional de educação. Nesse quadro, sua administração teve o mérito de organizar o ensino secundário estabelecendo definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental (5 anos) e outro complementar (2 anos), e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior. Além disso, equiparou todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II, mediante a inspeção federal, e deu a mesma oportunidade às escolas particulares que se organizassem segundo o decreto, e se submetessem à mesma inspeção. Estabeleceu normas para admissão do corpo docente e seu registro junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Fixou, também, as normas para a realização da inspeção federal, criou a carreira do inspetor e organizou a estrutura do sistema de inspeção e equiparação de escolas.

Nas palavras do ministro, o objetivo final do ensino secundário deveria ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional.⁶ O grande problema, que não foi resolvido pela reforma, dizia respeito à flexibilidade entre o ensino secundário e os demais ramos de ensino médio. Aliás, a reforma educacional levada a cabo por Francisco Campos,

criou um verdadeiro ponto de estrangulamento no ensino médio que se estendeu para todo o sistema educacional. Os outros cursos profissionais (a reforma só cuidou do ensino comercial) não tinham nenhuma articulação com o ensino secundário e não davam acesso ao ensino superior. Só o ensino secundário possibilitava esse acesso. A reforma deixou completamente marginalizados o ensino primário, o normal e os vários ramos de ensino médio profissional, salvo o comercial.⁷

Com a Revolução de 1930, a Igreja Católica deveria oferecer ao novo regime uma ideologia que lhe desse substância e conteúdo moral, sem os quais, não conseguiria se consolidar, como acreditava um de seus idealizadores, o próprio Francisco Campos.⁸ É dessa época que datam os contatos do grupo mineiro, do qual Capanema⁹ fazia parte, com Alceu Amoroso Lima.

Se 1931 havia sido o ano das grandes mobilizações populares, comandadas por D. Leme, o final de 1932 e o ano de 1933 serão para a Igreja os anos de estratégia eleitoral. A Igreja estava convencida que a batalha se decide no seio da opinião pública, nos partidos, nas urnas e só depois no Parlamento. A L.E.C. foi a fórmula de atuação encontrada. Apesar de indireta, teve grande eficácia para os católicos na política. Ela se apresentava, em seus estatutos, como organização com dupla finalidade: primeiro instruir, congregar e alistar o eleitorado católico e depois assegurar aos candidatos de diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja. Por intermédio do voto dos fiéis, aceitavam-se os princípios sociais católicos e o compromisso de defendê-los na Assembléia Constituinte. A L.E.C. seria o meio termo entre o partido político e a omissão. As suas três propostas eram a indissolubilidade do matrimônio, o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e a assistência religiosa facultativa às classes armadas.

As eleições de 1933 levaram à Assembléia Constituinte a maior parte dos candidatos recomendados pela L.E.C. Nela são aprovadas duas emendas religiosas, a invocação do nome de Deus no preâmbulo do anteprojeto constitucional e o restabelecimento da colaboração entre a Igreja e o Estado. A Igreja e o Estado aproximam-se novamente. A cooperação entre eles significou, na prática, verbas do governo para escolas, hospitais e instituições de beneficência mantidas pela Igreja, que ampliou de modo gigantesco sua

rede assistencial subvencionada.¹⁰ A L.E.C. perde sua razão de existência após o período eleitoral e é suplantada por um instrumento de ação permanente, com estrutura nacional: a Ação Católica Brasileira (1934-1935).

Os católicos são chamados a continuar sua luta prioritária pelo ensino religioso e, em segundo lugar, pelo estabelecimento das escolas confessionais.¹¹ Neste exato momento é nomeado, como ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Em janeiro de 1936, foi editado o Plano Nacional de Educação que tinha, na sua segunda parte, a referência aos institutos educativos.¹² O ensino estava dividido: o primeiro, chamado ensino comum, do pré-primário ao secundário, e o segundo, o ensino especializado, do nível elementar ao superior para as profissões técnicas. Cada esfera estaria sob a responsabilidade de um setor. O pré-primário era atribuição da família e das escolas privadas, enquanto o primário seria de atribuição dos Estados. Após o exame de admissão, existia o ensino secundário dividido em dois ciclos: o primeiro, chamado de fundamental e com cinco anos de duração, e o segundo, complementar com dois anos. O conteúdo dessa última fase era essencialmente humanístico em detrimento da formação técnica, com ênfase para o ensino da língua, sendo obrigatório o estudo de português, francês e latim. Quanto ao ensino religioso, a Constituição de 1937 afirmava que este poderia ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderia, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos.

De todas as áreas do grande plano educacional, a educação secundária seria aquela em que o Ministério Capanema deixaria sua marca mais profunda e duradoura. As Leis Orgânicas do Ensino Industrial, do Ensino Agrícola e do Ensino Comercial, que começaram a ser promulgadas em 1942, estruturavam o ensino técnico-profissional nas três áreas da economia, de forma que ele profissional contivesse dois ciclos: um fundamental de quatro anos e outro técnico de três a quatro anos. Os empregadores deveriam estar envolvidos no processo, uma vez que existia a impossibilidade de o sistema de ensino oferecer a educação profissional de que carecia a indústria e da impossibilidade de o Estado alocar recursos para equipá-lo adequadamente.

Na década de 40, o Brasil apresentava uma imensa massa de empregados não-qualificados no setor industrial e no terciário. Nesse momento, temos a contribuição não desprezível do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), instituições mistas criadas pelo governo, mas mantidas pelo comércio e pela indústria, ambas como escolas profissionais de nível pós-primário em todo o território nacional. Elas têm fornecido o maior contingente de mão-de-obra qualificada para os setores citados e a eficácia de sua atuação nesse sentido é indiscutível, já que, controladas e mantidas pelos setores interessados, estão, desde a sua criação, empenhadas em treinar realmente o pessoal para os seus respectivos setores.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 estabelecia que este deveria proporcionar cultura geral e humanística, alimentar uma ideologia política definida em termos de patriotismo e nacionalismo, proporcionar condições para o ingresso no curso superior e possibilitar a formação de lideranças. A reforma desse ano consagra a estrutura do ginásio em quatro anos e do segundo ciclo em três anos, com as opções clássico, científico e cursos profissionalizantes para os que não tivessem como objetivo ingressar nas universidades. A obrigatoriedade da frequência à escola secundária é um novo elemento. As ciências não foram de todo retiradas dos programas, mas agregadas sob uma única disciplina, as ciências naturais, para se diferenciarem no segundo ciclo. Já a educação religiosa teria finalmente seu lugar assegurado, cabendo às autoridades religiosas a definição do programa. A educação moral e cívica deveria ser difundida através dos estudos de história e geografia. Houve a reafirmação da educação religiosa facultativa.

A Reforma Capanema se aproveita de partes dos projetos de Anísio Teixeira, tentando se articular com as pressões da Igreja e se amoldando às exigências que eram crescentes no meio urbano e no desenvolvimento interno, e até com o tempo, aproveitando-se da baixa remuneração do trabalho, da entrada do capital estrangeiro e das multinacionais, que vão ampliar as necessidades de expansão da escola pública, sobretudo urbana. Toda essa expansão que chega à universidade pública, apesar de todos os funis do meio do caminho, como os exames de admissão e aos vestibulares, significa

uma ampliação da rede pública de qualidade. Todo esse empenho conteudístico da educação tinha por finalidade, como o próprio Capanema expunha, formar as elites de competência que deveriam conduzir o país. Ele destinava, então, o secundário à essa elite de competência, e como as escolas públicas deveriam oferecer o melhor possível para formar estes quadros de direção de um país que deveria seguir um destino desenvolvimentista, capitalista, essa elite de competência poderia vir de qualquer camada social, de qualquer setor, desde que passasse pelo funil do exame de admissão. Para os que transbordavam do funil e não chegavam ao secundário, se fossem pobres e não pudessem pagar uma escola privada, existiam à disposição algumas vagas nas escolas que iam se ampliando da rede oriunda do SENAI e do SENAC, para formar então a mão-de-obra competente, em quantidade e qualidade, de acordo com os interesses dos próprios patrocinadores dessas iniciativas, que era a burguesia empreendedora.

Nesse contexto, a Igreja foi vitoriosa ao conseguir o ensino facultativo nas escolas com uma manobra que lhe garantia sempre a maioria: a religião era declarada pelos alunos no ato da matrícula, e como todo mundo se dizia católico, só o catolicismo seria ensinado. Entretanto, ficou nisto. A Igreja não conseguiu passos mais avançados porque as aspirações do nacional-desenvolvimentismo, que atingiram praticamente todas as camadas sociais, se distanciavam muito das pregações religiosas. Tanto é assim, que essas pregações nas escolas públicas vão entrando em declínio, vão se afastando, se reduzem a dias festivos, como as de primeira comunhão, por exemplo.

O grande resultado do crescimento da rede pública escolar foi forçar um encontro na Universidade, que se dá pela primeira vez na história do Brasil, no final dos anos 50, das camadas baixas da população nos mesmos bancos universitários dos filhos da elite. A universidade, então, não é mais a mesma, sobretudo no início dos anos 60. Todo aquele tumulto cultural, acompanhado de entusiasmos políticos de diversas tendências do período, são um choque resultante da Reforma Capanema. Não que esta tivesse previsto ou até mesmo desejado isto, a reforma desejava a ordem. Ela aceitou o pacto com a Igreja Católica. Mas a própria Igreja foi sacudida pelas suas contradições. Quando a base aspira, quando o movimento sindical não é

mais apenas o do mundo urbano, mas ele já começa a chegar ao meio rural, quando dos bancos universitários os estudantes saem para se aproximar dos sindicatos, dos trabalhadores, das ligas camponesas, e quando todo um processo de discussão de Brasil, de discussão desse desenvolvimento, ou seja, progresso econômico de alguns e aumento do fosso entre os extremos da sociedade, quando tudo isso passa a ser debatido, a própria Igreja se divide.

Os vários movimentos que, de certa forma, compõem o conjunto que assustou as elites nos momentos anteriores ao golpe de 1964 tiveram o papel ativo das universidades. Não todas as universidades, mas exatamente a universidade pública, aquela universidade que foi programada para ser modelo de ordem. Neste movimento, portanto, temos o destaque das atividades da UNE, da criação do Centro Popular de Cultura durante o governo João Goulart e o primeiro programa de alfabetização de adultos que diverge completamente de outros projetos, avançando na questão educacional e na questão de se corrigir as falhas do processo. O choque se dá, por conseguinte, quando uma consciência nacional forjada por uma visão de elite se posta diante de um trabalhador brasileiro completamente afastado desse processo. E isso fatalmente acarreta um debate generalizado.

A título de conclusão, consideramos que uma das nossas tarefas de historiadores e educadores deste tempo é pesquisar, refletir, analisar e divulgar a importância da expansão da educação pública e da ampliação da capacidade crítica da população. Os setores dominantes da sociedade sempre temem abrir perspectivas para o *povo pensar o impensável*, isto é, pensar que se pode ser livre, que se pode aprender, que se pode saber, mesmo tendo uma origem humilde. É essencial compreender que o trabalho é importante, seja qual for, desde que ele contribua para o desenvolvimento social, para a solidariedade humana.

Notas

- * Professora Adjunta de História do Brasil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.
- ** Mestrando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.
- 1 NAGLE, Jorge. "A Educação na Primeira República". In: FAUSTO, Boris (Dir.).

- História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1985. t. 3, v. 2, p. 259-291.
- 2 BEOZZO, José Oscar. "A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização". In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1984. t. 3, v. 4.
 - 3 DE DECCA, Edgar S. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
 - 4 O artigo de J. C. Mello de Souza "Acção Social e Política". *A Ordem*, Rio de Janeiro, janeiro de 1929, n. 1, p. 53), usando como exemplo a laicização na França, indica a necessidade de ação imediata dos católicos para a recuperação de seu papel político. Ver, ainda, PAGANO, Sebastião. "Acção Catholica", *A Ordem*, Rio de Janeiro: março/abril de 1933. n. 37.
 - 5 A justificativa para a dificuldade em implementar o ensino gratuito e oficial, seria a possibilidade da sua má aplicação vir a "desvalorizar o ensino, arruinar as finanças, prejudicar os pobres que necessitam do trabalho dos filhos, comprometer até a necessária reforma econômico-social, que é mais uma questão de justiça e caridade na repartição dos bens materiais do que uma exigência de difusão igualitária do ensino, criando um proletariado de intelectuais sem trabalho". VAN ACKER, Leonardo. "Educação Nacional e Ação Católica". *A Ordem*, Rio de Janeiro, janeiro de 1934, n. 47, p. 21-22.
 - 6 ROMANELLI, Otávia de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 135.
 - 7 O decreto de junho de 1931 (nº 20.158) organizou o ensino comercial nos níveis médio e superior e regulamentou a profissão de contador. Estabelecia uma fiscalização e um controle excessivos, tanto que, ao determinar programas de forma minuciosa a partir do centro, tornavam rígida e inelástica a estrutura do ensino.
 - 8 SCHWARTZMAN, S., BOMENY, H. M. B., COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
 - 9 Gustavo Capanema foi ministro da Educação e Saúde (1934-1945).
 - 10 ATHAYDE, Tristão de. "O Sentido da nossa vitória". *A Ordem*. Rio de Janeiro, maio de 1934, p. 333-359. A Constituição de 1934, no seu artigo 153, afirma que "o ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou

- responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais". *Constituições do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1986. v. 1. p. 175-176.
- 11 J. J. S. afirma, em artigo escrito para a revista *A Ordem*, em 1932, que o futuro das nações está na escola:

"A instrução entre nós está distribuída por três séries: primária, secundária e superior. O que domina nesse conjunto é a desarticulação e falta de unidade na orientação dos estudos.

A instrução primária, deixada a cargo dos Estados, sofre variações de programa e método que difícil é fazer um juízo preciso sobre os mesmos. O nível primário é irregular e mal distribuído. Da desuniformidade de programa, da falta de um professorado capaz de ensinar, resulta a balbúrdia que conhecemos por instrução primária, que, sobre ser fragmentada e esparsa, não chega para todos. Menos de 25% de nossas crianças estudam.

O curso secundário, participando da deficiência do ensino primário, é agravado por dois outros males que o desmoralizam e inutilizam: a mercantilização e a desorganização. São raros os estabelecimentos de instrução secundária do Estado. Encontram-se em poucas cidades. E o Ministério da Educação, fazendo da instrução no Brasil fonte de rendas, mercantilizou o ensino por um sistema tal de taxas e inspeções as mais inúteis e pesadas, que o estudante secundário é hoje um "contribuinte" e uma vítima do Estado.(...) Sobre tudo isto, resta ainda a considerar a falência do corpo docente, sem formação e impregnado do espírito de exploração inspirado, aliás, pelo Ministério.

Os cursos superiores são, necessariamente, o resultado dos que o antecedem. (...) A mentalidade primária de nosso ambiente universitário é desoladora." *A Ordem*, Rio de Janeiro, 1932, p. 468-469.
 - 12 Alceu de Amoroso Lima participou da Conferência Católica Nacional para colaborar no Plano Nacional de Educação, que teria duas séries de princípios: primeiro, orientar todas as tarefas pedagógicas e, depois, orientar a educação no Brasil, ou seja, as condições particulares de nossa terra, de nossa gente, de nossa civilização. "Princípios gerais:
 - 1) a educação existe para o homem e não o homem para a educação (a educação é um meio e não um fim);
 - 2) a educação tem por fim levar o homem à plenitude de sua humanidade (a

educação é uma ciência e uma arte, conhecer a natureza do homem, pôr os princípios em prática);

3) a educação prepara o indivíduo para a comunidade e esta para a pessoa (a educação é, simultaneamente, obra individual, coletiva e pessoal);

4) a educação hierarquiza as atividades naturais e sobrenaturais do homem (os quatro momentos capitais de uma educação integral: homem e natureza, homem e sociedade, homem e conhecimento, homem e Deus);

5) as autoridades educacionais, na ordem natural, a família e o Estado, e, na ordem sobrenatural, a Igreja (a escola é um grupo social subsidiário, se bem que autônomo e não independente e completo).

Deve a educação no Brasil ter caráter personalista, doméstico, corporativo e cristão. Toda forma de educação que contrariar esses postulados merece a formação do Brasil e dos brasileiros. O espírito cristão deve ser inculcado à nossa educação nacional. A história do Brasil é a história do cristianismo, caso contrário seria negar ao Brasil a sua alma, a sua brasilidade." LIMA, Alceu Amoroso. "Princípios Pedagógicos". *A Ordem*, Rio de Janeiro, julho/agosto de 1936. p. 102-117.

A MEMÓRIA DE JOSÉ MARTÍ NA REVOLUÇÃO CUBANA*

Patrícia Gheeli Carvalho**

José Martí, filho de espanhóis, nascido em Havana em 1853, foi o grande ideólogo da libertação de Cuba. Morto em combate em 1895, tornou-se o símbolo de liberdade para os cubanos. Sua imagem de estrategista, anti-colonialista e anti-imperialista permanece no imaginário do povo de Cuba e da América Latina. Seu pensamento tornou-se fundamental para se compreender o processo político e social de Nossa América. Para Ernesto Che Guevara, Martí é mais que cubano, pertence a todo o continente americano.¹ Fidel Castro, em discurso pronunciado em 1968, refere-se a Martí como "o mais genial e o mais universal dos políticos cubanos". E, ainda, em 1972, ao discursar em outro evento, assim o descreve: "Martí pensava que pátria é humanidade", e nos traçou a imagem de uma América Latina unida, frente a outra América imperialista e soberba, "conturbada e brutal" - como ele dizia - que nos despreza.²

Aos quinze anos Martí já ingressava no movimento independentista de Cuba, ao aderir a causa da Revolução de Yara, guerra cubana contra a Espanha iniciada em 1968 e que durou 10 anos. Fez publicações clandestinas de seus poemas e auxiliou em edições jornalísticas referentes à causa libertadora. A autoria de uma carta sobre o direito de Cuba à independência o levou à condenação, à prisão e ao desterro em Madri.

Ele contribuiu tanto em publicações de livros, artigos de jornais, poesia, conferências, etc... durante o tempo em que esteve desterrado de seu país, como em sua atuação na guerra onde deu sua vida acreditando que um dia Cuba pudesse ser livre e soberana.

De 1881 a 1895, Martí residiu em Nova York. Pode-se dizer que esta época significou muito para a vida de Martí pois suas posições ideológicas se ampliaram, como também, sua visão a respeito de Cuba e América Latina. Ao chegar aos Estados Unidos ficou entusiasmado ao ver como a democracia e a liberdade funcionavam naquela nação. Com o passar do tempo Martí viu que a liberdade e a democracia eram privilégio dos brancos descendentes de ingleses. O resto: negros, asiáticos, índios, pobres